

MUNICÍPIO DO SEIXAL

Plano Diretor Municipal do Seixal

Avaliação Ambiental Estratégica

Declaração Ambiental

Março 2015



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	2
CONFORMIDADE COM O ARTIGO 10.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO	2
<i>i)</i> A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS FORAM INTEGRADAS NA REVISÃO DO PDM DO SEIXAL	2
<i>ii)</i> AS OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO E OS RESULTADOS DA RESPECTIVA PONDERAÇÃO.....	5
<i>iii)</i> OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO.....	7
<i>iv)</i> AS RAZÕES QUE FUNDAMENTARAM A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DO SEIXAL À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO	7
<i>v)</i> AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO	13

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	4
QUADRO 2 – PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS, POR TIPO DE PARTICIPAÇÃO	6
QUADRO 3 – NÚMERO DE RESPOSTAS, SEGUNDO O RESULTADO DA PONDERAÇÃO.....	7
QUADRO 4 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD1.....	8
QUADRO 5 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD2.....	9
QUADRO 6 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD3.....	10
QUADRO 7 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD4.....	12
QUADRO 8 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD1 – COESÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE	14
QUADRO 9 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD2 – EQUILÍBRIO ECOLÓGICO.	16
QUADRO 10 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD3 – EQUIDADE E COESÃO SOCIAL.	18
QUADRO 11 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD4 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	20

NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano Diretor Municipal do Seixal (adiante designado PDMS), após revisão, foi aprovado pela Assembleia Municipal do Seixal em 15 de julho e em 30 de outubro, de 2014, e publicado em Diário da República n.º 44, 2.ª série, pelo Aviso n.º 2388/2015, de 4 de março de 2015.

No âmbito da elaboração do PDMS, teve lugar o procedimento de Avaliação Ambiental (AA) contido no Relatório Ambiental (RA) e na sequência da aprovação do Plano, foi elaborada a presente Declaração Ambiental em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho de 2001 e n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003.

CONFORMIDADE COM O ARTIGO 10.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO

Esta Declaração Ambiental (DA) está estruturada, de acordo com as subalíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10.º do já referido DL n.º 232/2007, de 15 de junho, da seguinte forma:

- i) A forma como as considerações ambientais foram integradas na revisão do plano;
- ii) As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação;
- iii) Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º;
- iv) As razões que fundamentaram a aprovação da revisão do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- v) As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º.

i) A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS FORAM INTEGRADAS NA REVISÃO DO PDM DO SEIXAL

O PDMS foi sujeito ao procedimento de Avaliação Ambiental (AA), de acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) contido no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, e subsidiariamente com o disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de junho. Este enquadramento legal define como responsável pela AA o proponente do Plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal do Seixal (CMS). Essa responsabilidade consubstanciou-se na decisão de elaborar a AA, na determinação do seu âmbito (fase materializada no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão) e respetiva consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), na elaboração do Relatório Ambiental (RA) e respetiva consulta institucional e pública e no envio desta DA à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

O objetivo da AA da revisão do PDMS consistiu em incorporar valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão associado, contribuindo assim, para a “*adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de*

controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano”¹. A metodologia desenvolvida assegurou o cumprimento do estipulado na legislação em vigor.

No seguimento do objetivo atrás identificado, a AA utilizou uma abordagem estratégica², com três funções fundamentais:

- Garantir a integração das questões e objetivos ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento urbanístico;
- Permitir a avaliação de potenciais impactes tendo em conta a estratégia definida, na sequência da identificação de oportunidades e riscos;
- Validar a qualidade do Plano e as escolhas feitas, através de um programa de seguimento.

Esta abordagem estratégica pressupôs que a AA fosse complementar à conceção da proposta de revisão do PDMS, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, tendo em conta as estratégias preconizadas, bem como os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público que conferiram a função de validação da sua qualidade.

Na sequência dos objetivos preconizados, a AA permitiu influenciar positivamente o processo de elaboração da revisão do PDMS, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo territorial proposto e, posteriormente, a sua implementação/monitorização, do seguinte modo:

- a) Influência na forma final do Plano, de modo a que este pudesse privilegiar opções que potenciem efeitos ambientais positivos, em alternativa a outras que se identificaram como causadoras de efeitos ambientais negativos;
- b) Influência na implementação e na monitorização do PDMS, através da apresentação de recomendações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental.

A AA da revisão do PDMS procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos estratégicos da região onde se insere a área de intervenção do Plano e que respeitasse o contexto local da sua atuação. Com a revisão do PDMS, foram assim criadas condições para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e para o desenvolvimento socioeconómico do Município.

Numa primeira fase, que correspondeu à elaboração do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), o trabalho incidiu na definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que refletiram os temas estruturantes que correspondem aos fatores fundamentais a considerar no processo de decisão, na conceção da AA, nas opções estratégicas do Plano e nas ações que as implementam.

As opções estratégicas do Plano basearam-se em quatro Eixos Estruturantes (EE) de desenvolvimento:

- EE1 - Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes;
- EE2 - Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental;

¹ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

² Metodologia para Avaliação Ambiental de planos e programas, baseada em: Partidário, MR, 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

EE3 - Promoção da Equidade e da Coesão Social;

EE4 - Desenvolvimento Económico Sustentável.

No sentido de seguir o rumo determinado por estas linhas orientadoras, foram definidos objetivos estratégicos e específicos com impacto nos diferentes domínios do desenvolvimento municipal, que depois resultou no modelo de ordenamento territorial, tendo em conta o caráter predominantemente urbano deste Município.

Assim, da análise integrada de um conjunto de questões, designadamente estratégicas e ambientais, resultou a identificação dos FCD. Para cada FCD foram definidos, os objetivos e os critérios de avaliação, bem como os indicadores que serão utilizados na avaliação de efeitos e na monitorização do Plano. Os critérios e indicadores considerados estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada.

QUADRO 1 – FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

FCD1	Coesão Territorial e Mobilidade
FCD2	Equilíbrio Ecológico
FCD3	Equidade e Coesão Social
FCD4	Desenvolvimento Socioeconómico

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

Em outubro de 2008, o RFCD foi sujeito a consulta junto das entidades com responsabilidades ambientais específicas, de acordo com o n.º 3, do artigo 3.º do DL 232/2007, de 15 de junho: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB), Instituto da Água, I.P. (INAG), Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e ainda de todas as outras entidades que integravam a então Comissão Mista de Coordenação³ para o acompanhamento da revisão do PDMS. Foram recebidos pareceres de cinco entidades⁴ que vieram a ser considerados na fase subsequente, o Relatório Ambiental.

Para cada um dos FCD, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

FCD1 – Coesão Territorial e Mobilidade

- Reequilíbrio da rede urbana, através da polinucleação do território e redefinição da estrutura urbana, com a afirmação de centralidades secundárias;
- Consolidação do sistema de mobilidade e transportes.

³ A Comissão Mista de Coordenação da revisão do PDM do Seixal foi posteriormente convertida em Comissão de Acompanhamento, tendo a sua composição sido publicada em DR n.º 25, 2.ª Série, pelo Aviso n.º 3784/2011 de 4 de fevereiro;

⁴ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo) e Administração do Porto de Lisboa (APL).

FCD2 – Equilíbrio Ecológico

- Concretização da Estrutura Ecológica Municipal (EEM);
- Gestão sustentável dos recursos naturais.

FCD3 – Equidade e coesão social

- Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável.

FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

- Diversificação e reforço da base económica.

A fase seguinte, referente à elaboração do Relatório Ambiental (RA), integrou uma caracterização da situação existente, bem como a avaliação das tendências de evolução com e sem a elaboração da revisão do Plano, a avaliação das intervenções estratégicas preconizadas, em termos de oportunidades e riscos para o ambiente e sustentabilidade e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica. O RA foi facultado às ERAE, de acordo com o n.º 3, do art.º 7.º do DL n.º 232/2007, de 15 de janeiro, assim como a todas as entidades que constituíam a Comissão de Acompanhamento (CA) da revisão do PDMS. Os contributos recebidos que integraram o parecer final da CA foram considerados numa segunda versão do RA, datado de abril de 2013, que, conjuntamente com a proposta de revisão do PDMS, foi colocado em Discussão Pública entre janeiro e março de 2014.

ii) AS OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO E OS RESULTADOS DA RESPECTIVA PONDERAÇÃO

Nos termos do artigo 7.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, foram consultadas todas as entidades com responsabilidades ambientais específicas, bem como as restantes entidades que integraram a Comissão de Acompanhamento da revisão do PDMS, tendo os respetivos pareceres sido ponderados e, sempre que pertinente, considerados no RA.

A proposta de revisão do PDMS e o respetivo RA foram submetidos a consulta pública durante 86 dias (de 2 de janeiro a 28 de março de 2014), na sequência da deliberação publicada através do Aviso nº 15204/2013, do Município do Seixal, em Diário da Republica nº 242, 2ª série, de 13 de dezembro, também divulgado na comunicação social e página municipal da Internet.

Durante aquele período, todo o conteúdo documental da proposta de revisão do PDMS esteve disponível, quer em formato digital quer em formato analógico. A proposta em formato digital, que se encontrava disponível na página municipal da Internet, tinha duas componentes: uma, que permitia consultar todos os documentos em formato de arquivo PDF e outra, em formato *WebSig* (sistemas de informação geográfica) que permitia aceder aos documentos cartográficos considerados relevantes (Planta de Ordenamento⁵ e Planta de Condicionantes) com recurso a um conjunto de ferramentas específicas de relacionamento entre os documentos e de interação. A proposta em formato analógico esteve disponível para consulta nos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, tendo sido também disponibilizada em cada uma das freguesias.

No âmbito deste procedimento, realizaram-se duas sessões públicas para apresentação geral e esclarecimentos sobre a proposta de Plano, e inseridas no Fórum Seixal, iniciativa municipal que privilegia o contacto direto com os munícipes,

⁵ Desdobrada em 8 folhas.

realizaram-se mais quatro sessões temáticas relacionadas com o conteúdo da proposta de revisão do PDMS. As sessões realizadas foram as seguintes:

1. Sessão de apresentação da proposta de revisão do PDM, nos Serviços Centrais da CMS; 16 de janeiro de 2014; 150 participantes;
2. Fórum Seixal: sessão temática sobre “Reestruturação do Espaço Urbano; Mobilidade e Transportes”, na Sociedade Filarmónica Operária Amorense; 31 de janeiro de 2014; 100 participantes;
3. Fórum Seixal: sessão temática sobre “Desenvolvimento Económico Sustentável”, na Sociedade Musical 5 de Outubro; 17 de fevereiro de 2014; 70 participantes;
4. Fórum Seixal: sessão temática sobre “Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental”, no Auditório do Moinho de Maré de Corroios; 27 de fevereiro de 2014; 80 participantes;
5. Fórum Seixal: sessão temática sobre “Promoção da Equidade e Coesão Social”, no Rio Sul Shopping Center; 14 de março de 2014; 80 participantes;
6. Sessão de conclusão do período de Discussão Pública da proposta de revisão do PDM, no Auditório da Junta de Freguesia de Fernão Ferro; 28 de março de 2014; 130 participantes.

De modo a garantir uma ampla divulgação da proposta de Plano, esta foi também apresentada aos trabalhadores do Município, em três sessões, onde se registou a presença de 165 participantes. Realizou-se uma sessão de apresentação da proposta de Plano em reunião plenária das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, em 5 de março de 2014. No âmbito do Plano Educativo Municipal, o projeto “O PDM vai à escola” foi acolhido pela Escola Secundária Alfredo Reis Silveira, que permitiu a realização de duas sessões onde participaram 65 alunos. Durante o período de Discussão Pública, o Boletim Municipal, dedicou um número à temática da revisão do PDM e anunciou todos os eventos previstos, dando posteriormente notícia de cada uma das sessões realizadas. Também a Rádio RDS do Seixal fez alguns apontamentos relacionados com as temáticas apresentadas nas sessões do Fórum Seixal.

Ao longo do período de Discussão Pública, foram recebidas, por escrito, 157 participações. Obtidos os instrumentos necessários para se proceder à sua análise, foi identificado o tipo de participação, segundo o definido no n.º 5, do artigo 77.º do RJIGT, ou seja: reclamação, observação, sugestão e pedido de esclarecimento. Desta análise, resultou o quadro seguinte, destacando-se as reclamações, que representaram 81% das participações recebidas.

QUADRO 2 – PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS, POR TIPO DE PARTICIPAÇÃO

Tipo de Participação	Número de participações	%
Reclamação	127	80,9
Observação	2	1,3
Sugestão	17	10,8
Pedido de esclarecimento	11	7,0
Total	157	100,0

Fonte: CMS – Relatório de Ponderação da Discussão Pública da proposta de revisão do PDMS (junho 2014)

Depois de analisadas todas as participações, foi ponderada a decisão a tomar sobre cada uma das questões colocadas, tendo em conta que o Plano constitui um elemento fundamental para a persecução da estratégia de desenvolvimento do Município e que o contributo de todos os interessados que participaram na Discussão Pública, representa uma mais-valia para o processo de planeamento. A ponderação resultante da análise das participações recebidas, que consta do Relatório de Ponderação da Discussão Pública da proposta de revisão do PDMS (julho de 2014), pode ser sintetizada no quadro seguinte, onde se destacam as respostas com decisão desfavorável, que correspondem a cerca de um terço do total.

QUADRO 3 – NÚMERO DE RESPOSTAS, SEGUNDO O RESULTADO DA PONDERAÇÃO

Ponderação	Nº	%
Favorável	28	17,6
Desfavorável	47	29,6
Favorável Parcial	26	16,4
Já Contemplado	32	20,1
Não Aplicável	26	16,4
Total	159	100,0

Fonte: CMS – Relatório de Ponderação da Discussão Pública da proposta de revisão do PDMS (junho 2014)

Verificou-se não terem sido recebidos, neste âmbito, contributos relativos ao Relatório Ambiental. A natureza das alterações introduzidas na proposta de revisão do PDMS também não suscitou a necessidade de modificação do RA, pelo que, nele, não se efetuaram quaisquer alterações.

Tendo em conta os procedimentos legais, conforme estipulado no n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT, depois de aprovado o referido Relatório de Ponderação, a CMS procedeu à sua divulgação e dos resultados alcançados, através da página municipal da Internet e respondeu por escrito a todos aqueles que participaram no período de Discussão Pública.

iii) OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO

O artigo 8.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, prevê ainda a consulta dos Estados membros da União Europeia sempre que o plano “em elaboração seja suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado membro”. Face à localização territorial restrita a que respeita este Plano, a revisão do PDMS não é suscetível de produzir quaisquer efeitos significativos no ambiente de outros países da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista por lei.

iv) AS RAZÕES QUE FUNDAMENTARAM A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DO SEIXAL À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO

À data da publicação do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, o procedimento de revisão do PDMS (que teve início em 2002) encontrava-se numa fase muito avançada, tendo inclusivamente já sido elaborada uma proposta de Plano, em que os principais eixos estratégicos e objetivos específicos já se encontravam delineados, bem como o modelo e estratégia base de desenvolvimento territorial em que assentou esta primeira revisão do PDMS.

Por esta razão, não foram colocados ou avaliados cenários alternativos relativamente aos eixos e objetivos já definidos, considerando-se que os mesmos respondem às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento sustentável do Município. Não obstante, o Relatório Ambiental da revisão do PDMS considerou uma avaliação comparada (análise SWOT) entre um cenário de plena concretização da proposta de revisão do PDMS – o cenário *Com proposta de revisão do Plano*, e um cenário correspondente à evolução tendencial da situação atual, apenas com a concretização do primeiro PDMS – o cenário *Sem proposta de revisão do Plano*. Desta avaliação, concluiu-se que o primeiro cenário é genericamente mais favorável do que o segundo, como se pode verificar nos quadros que se seguem:

QUADRO 4 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD1

FCD	Sem proposta de revisão do Plano		Com proposta de revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
CD1 – Coesão Territorial e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Alguma requalificação urbana. - Construção, requalificação e beneficiação de equipamentos coletivos. - Melhoria da rede viária existente. - Entrada em funcionamento do Eixo Ferroviário Norte/Sul e do terminal fluvial do Seixal. - Desenvolvimento do “Estudo Preliminar de Acessibilidades Rodoviária e Ferroviária Ligeira entre os Municípios do Barreiro e do Seixal pelo Esteiro de Coína”. - Implementação do Plano da Rede Ciclável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação do território em mancha contínua pouco estruturada. - Desequilíbrio na rede urbana. - Fragmentação do tecido urbano (realização de loteamentos à parcela). - Existência de áreas devolutas (áreas industriais desativadas). - Reduzida capacidade de oferta do parque habitacional. - Recurso a habitação precária. - Proliferação de habitação de génese ilegal. - Défices em algumas das valências de equipamentos coletivos. - Aumento global das emissões de gases que produzem efeito de estufa. - Degradação da qualidade do ar. - Aumento dos níveis de ruído no meio urbano. - Escassa rede de ciclovias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor estruturação da rede de espaços destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes. - Qualificação urbanística, através da regeneração urbana, reconversão de áreas urbanas de génese ilegal e requalificação do tecido urbano existente. - Reafectação de usos e integração urbana das grandes áreas industriais funcionalmente obsoletas ou desativadas. - Revitalização das áreas históricas e dos centros urbanos deprimidos, combatendo o despovoamento e a desqualificação de centros tradicionais. - Programação e controle das áreas de expansão urbana. - Acréscimo habitacional, por freguesia. - Melhoria da funcionalidade e qualidade do espaço público, nomeadamente ao longo da frente ribeirinha. - Reversão de solo urbano para solo rural. - Intervenções previstas e propostas de melhoria do Sistema de Mobilidade e Transportes. - Melhoria da qualidade do espaço público. - Melhoria da Rede Ciclável do Seixal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobreposição pontual de solo urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como de risco. - Contiguidade de áreas residenciais (solo urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário.

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

QUADRO 5 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD2

FCD	Sem proposta de revisão do Plano		Com proposta de revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD2 – Equilíbrio Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de parques e jardins, tratados e equipados. - Recuperação/valorização das zonas verdes integradas no tecido urbano. - Arranjo urbanístico da frente ribeirinha, do Seixal à Amora. - Desobstrução de áreas afetadas ao regime hídrico (Rio Judeu). - Preservação e, em alguns casos recuperação, do equilíbrio da rede hidrográfica local (vala do Guarda-Mor e da linha de água que atravessa o Parque do Serrado). - O SIC Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira ocupa cerca de 12% do município do Seixal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do património natural, alteração da paisagem pela ocupação urbanística desordenada e parques industriais. - Elevada possibilidade dos recursos hídricos superficiais estarem contaminados por matéria orgânica. - Risco de contaminação dos aquíferos. - Aproximadamente 7% do solo do território municipal é avaliado com suscetibilidade de contaminação elevada. - Solos com limitações severas a muito severas, com riscos de erosão elevados a muito elevados e fraca aptidão agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação ambiental e paisagística. - Elaboração da Carta Ambiental do Município do Seixal. - Proposta de Cartografia de Habitats e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN2000, para a área do Sítio Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira, no município do Seixal. - Constituição de uma EEM para o Seixal. - Criação de corredores ecológicos <i>non-aedificandi</i>. - Concretização de projetos de parques ou jardins de utilização pública (Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras e Parque da Cidade). - Criação de parques lineares ribeirinhos. - Criação de áreas verdes de proteção e de enquadramento, separando as áreas urbanas, das áreas industriais existentes ou programadas. - Estabelecimento de uma percentagem significativa de áreas de cedência para espaços verdes urbanos no âmbito de operações urbanísticas. - Ações de manutenção e reabilitação da rede hidrográfica. - Atualização do Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal. - Ações de recuperação e descontaminação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de pressão no património natural, em zonas pontuais pelas novas propostas de ocupação. - Perda de solo. - Propostas de usos que envolvem edificação, para o espaço natural envolvente do estuário/frente ribeirinha.

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

QUADRO 6 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD3

FCD	Sem proposta de revisão do Plano		Com proposta de revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD3 – Equidade e Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Realojamento de famílias. - Existência da Carta Educativa, Carta Desportiva e Carta Social do Seixal. - Obras de construção, de requalificação e beneficiação de equipamentos coletivos. - Aumento da oferta da rede pública de jardim de infância. - Melhoria das condições do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico. - Oferta cultural diversificada, descentralizada, educativa e integrada. - Desenvolvimento de projetos no sentido de amenizar e ajudar a resolver muitos problemas de cariz social. - Melhoria do saneamento básico e higiene urbana e recolha de resíduos. - Recolha seletiva, reciclagem e valorização orgânica dos resíduos. - Realização do Mapa de Ruído (2005) e respetiva atualização (2007). - Criação da Agência Municipal de Energia (AME) e do Plano Municipal de Energia do Seixal (PMES). 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de barracas. - Problemas de exclusão social (elevadas taxas de desemprego, pobreza, delinquência, violência e toxicod dependência). - Inexistência de bolsa de terrenos, por parte do Município que lhe permita a gestão da construção de habitações de caráter social. - Necessidade de dar continuidade ao processo de realojamento da população que ainda vive em barracas. - Núcleos urbanos antigos do Seixal: habitações degradadas e/ou sem condições de habitabilidade que necessitam de obras de conservação e de reabilitação. - Existência de edifícios inacabados, ocupados ilegalmente, sem condições de habitabilidade (Vale de Chicharos). - Défice de resposta da atual rede de equipamentos de cuidados primários de saúde às necessidades da população. - Existência de unidades de saúde, em que o número de médicos é insuficiente para o total da população inscrita. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solução para o alojamento de baixo custo. - Melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população - Reserva de terrenos, que fazem parte da bolsa de terrenos municipais para equipamentos coletivos. - Propostas de Equipamentos de Utilização Coletiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. - Construção de um Hospital no Seixal. - Implementação de propostas de cariz social, com base na Carta Social do Município do Seixal. - Melhoramento das infraestruturas urbanas no Município do Seixal. - Eliminação das fossas sépticas existentes. - Práticas de eficiência ambiental no planeamento territorial. - Valorização do património. - Elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído do Seixal, no sentido de garantir a gestão e controlo dos conflitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de mapa de ruído provisional.

FCD	Sem proposta de revisão do Plano		Com proposta de revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD3 – Equidade e Coesão Social (continuação)	<p>- Existência do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do município Seixal (PMEPCS).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca expansão da oferta de equipamentos desportivos. - O abastecimento de água garantido apenas pelos recursos hídricos subterrâneos. - Existência de fossas sépticas e de locais contaminados. - Utilização reduzida de energias renováveis. - Aumento global das emissões de gases que produzem efeito de estufa. - Degradação da qualidade do ar e dos níveis de ruído no meio urbano. - Risco sísmico, risco de inundação por tsunamis e risco de cheias e inundações elevado. - Risco de degradação e contaminação dos aquíferos, de águas superficiais e dos solos de moderado a elevado. - Zona com considerável concentração de indústrias, principalmente a Este do Seixal (maior risco de acidentes industriais). - Entre 2001 e 2011, começa já a verificar-se uma desaceleração do ritmo de crescimento demográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo ao transporte sustentável (Rede Ciclável do Seixal). - Redução dos gases de efeito de estufa. - Ações de reabilitação do património edificado municipal. - Equilíbrio no mercado de emprego. - Elaboração do documento "Riscos e Proteção Civil" contendo orientações e Cartografia de Suscetibilidade. - Criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobreposição pontual de solo urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como de risco. - Contiguidade de áreas residenciais (solo urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário.

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

QUADRO 7 – ANÁLISE SWOT DA SITUAÇÃO TENDENCIAL PARA O FCD4

FCD	Sem proposta de revisão do Plano		Com proposta de revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de algumas explorações de aquacultura (setor primário). - Setores mais expressivos no setor secundário: indústria transformadora e a construção civil. - Os setores do comércio, da restauração e dos serviços e atividades financeiras vêm tendo um grande impulso no setor terciário e, mais recentemente o setor dos transportes e logística. - Realização de intervenções urbanísticas e paisagísticas ao longo da baía do Seixal. - Criação de parques de atividades económicas e do Parque Industrial do Seixal (PIS). - Elaboração do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desaceleração do ritmo de crescimento demográfico (entre 2001 e 2011). - Perda de expressão do setor primário dada a forte tendência para a terciarização da base económica do Município. - Perda de expressão do setor secundário muito relacionada com a reestruturação industrial que tem vindo a ocorrer. - Encerramento de unidades industriais instaladas no Seixal (Siderurgia Nacional). - Existência de áreas devolutas (áreas industriais desativadas). - Défices em algumas das valências de equipamentos coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão industrial e de reordenamento do espaço afeto às atividades económicas. - Requalificação da área da ex-Siderurgia Nacional (atual Siderparque). - Implementação do Projeto Arco Ribeirinho Sul. - Diversificação do setor industrial. - Desenvolvimento e ordenamento do território relativamente à atividade da indústria extrativa. - Dinamizar, revitalizar e criar densidades comerciais. - Reforçar a qualidade e diversificar a oferta das atividades de comércio e de serviços. - Reforçar a aposta estratégica no turismo, dando especial relevo à náutica de recreio. - Dinamizar, diversificar e qualificar os equipamentos coletivos e a oferta turística. - Crescimento do setor terciário. - Dinamização dos equipamentos e dos espaços públicos. - Aumento da procura nos setores comerciais e de serviços. - Criação de emprego. - Valorização do património. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de expressão do setor primário e secundário. - Propostas de Espaços de Atividades Económicas localizados em zonas de risco.

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que, genericamente, a revisão do PDMS apresenta um conjunto de oportunidades que resultam, nomeadamente, da consolidação da rede rodoviária incluindo a ligação aos interfaces ferroviários (o que representa oportunidades ao nível da dinamização das atividades económicas locais), da requalificação e conservação do edificado, da formação de uma rede urbana complementar e da valorização das áreas florestais e ribeirinhas do Município.

Para além disso, o Plano representa uma oportunidade de incremento da proteção dos valores naturais presentes no Município e, consequentemente, das atividades ligadas ao turismo sustentável, com o possível aumento da intensidade turística associada ao turismo em espaço rural e da natureza, sendo que o Solo Rural do Município ocupa cerca de 38% da sua área total e, representando a área dedicada à Estrutura Ecológica Municipal, cerca de 47%. Relativamente à área integrada em Reserva Ecológica Nacional (REN), esta ocupa cerca de 26% da área total do Município, o que representa um incremento muito significativo, relativamente à primeira delimitação desta reserva, em 1993.

De igual modo, a revisão do PDMS contribui para a correção e eliminação de dissonâncias ambientais e de degradação da qualidade urbana, convertendo em áreas de interesse paisagístico e de lazer, salientando-se a requalificação dos centros históricos associados à Baía do Seixal e a recuperação de áreas urbanas mais degradadas, incluindo as de génese ilegal e as de antigas zonas industriais. Ainda neste contexto, importa referir a oportunidade de implementação de medidas de correção e prevenção, contra a contaminação e fenómenos de poluição das zonas mais sensíveis.

Em situações pontuais, a monitorização do Plano permitirá prevenir potenciais ameaças decorrentes do desenvolvimento urbano, quando na envolvente de áreas inseridas na Estrutura Ecológica Municipal, evitando a eventual fragmentação de habitats ou perda de valores naturais de elevada relevância a nível local e regional.

As apostas estratégicas da revisão do PDMS perspetivam ainda uma evolução positiva ao nível dos sistemas de prevenção contra acidentes naturais e consequentes danos materiais e humanos bem como na criação de condições de segurança para pessoas e bens.

Identificam-se assim oportunidades significativas ao nível da qualificação e adequabilidade do solo urbano quanto às suas funções não só residenciais mas também sociais e de lazer, proporcionando a adequada gestão dos recursos naturais e um incremento significativo na qualidade de vida da população e na utilização do solo. Identificam-se também oportunidades significativas na conservação e recuperação dos valores naturais, designadamente na minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais e dos valores naturais presentes.

v) AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO

Tendo em vista uma adequada monitorização dos efeitos decorrentes da implementação do Plano em termos de desenvolvimento sustentável, serão apurados pela CMS os indicadores de acompanhamento indicados nos quadros seguintes:

QUADRO 8 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD1 – COESÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE.

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Reequilíbrio da Rede Urbana	Contenção Urbana	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Reabilitação dos núcleos urbanos antigos	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Parque habitacional	%	Momento censitário
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
	Qualificação Urbana	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Reabilitação dos núcleos urbanos antigos	N.º	Bienal
		- Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas	N.º	Bienal
		- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Parque habitacional	%	Momento censitário
		- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Promoção do modo ciclável	%; km	Bienal
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
		- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual
		- Eficiência energética de edifícios	N.º	Anual
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	-	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual
		- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab	Momento censitário
		- Gestão do conflito acústico	%	Bienal
		- Dinâmica empresarial	N.º	Bienal
Consolidação da rede de mobilidade e transportes	Rede Viária	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Promoção do modo ciclável	%; km	Bienal
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
		- População residente ativa	%	Momento censitário
	- Gestão do conflito acústico	%	Bienal	
	Transportes	- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Promoção do modo ciclável	%; km	Bienal
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
- População residente ativa		%	Momento censitário	
- Gestão de conflito acústico	%	Bienal		

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

QUADRO 9 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD2 – EQUILÍBRIO ECOLÓGICO.

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Concretização da Estrutura Ecológica Municipal	Biodiversidade	- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
	Continuum naturale	- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal 5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
	Floresta	- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	%; ha	Anual
	Gestão sustentável dos recursos naturais	Recursos Hídricos	- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%
- Salvaguarda da aptidão rural do solo			% %	Bienal; 5 anos
- Uso e Ocupação do Solo da EEM			ha	5 anos
- Continuidade da EEM			%	Bienal
- Conservação da biodiversidade			N.º	Aquando da revisão do PDM
- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas			%	5 anos
- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios			ha	Anual
- Degradação e contaminação dos solos			%; N.º	Bienal
- Risco de cheias e inundações			m	Anual
- Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais			N.º	Anual
- População servida pelo sistema público de abastecimento de água			%	Anual
- Eficiência do sistema público de abastecimento de água			%	Anual

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Gestão sustentável dos recursos naturais	Recursos Hídricos (cont.)	- Qualidade da água para consumo humano	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	-	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual
	Eficiência Energética	- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- População residente em solo urbanizado	%	Aquando da revisão do PDM
		- Promoção do modo ciclável	Km	Bienal
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Eficiência energética de edifícios	N.º	Anual
		- Eficiência do sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab; %	Momento censitário; Anual
	Solo	- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Parque habitacional	%	Momento censitário
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal; 5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da Biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
		- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	%; ha	Anual
		- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual
		- Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais	N.º	Anual
- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	%	Anual		

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

QUADRO 10 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD3 – EQUIDADE E COESÃO SOCIAL.

Objetivos	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável	Emprego	- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	5 anos
		- População residente ativa	%	Momento censitário
		- Dinâmica empresarial	N.º	Bienal
		- Desenvolvimento turístico	N.º	Bienal
	Saúde	- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal
		- Promoção do modo ciclável	%; Km	Bienal
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
		- População residente ativa	%	Momento censitário
		- População servida por médico de família	N.º	Bienal
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Qualidade da água para consumo humano	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	–	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual
		- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab; %	Momento censitário Anual
		- Gestão do conflito acústico	%	Bienal
	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	N.º	Bienal
		- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
	- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal	

Objetivos	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar (cont.)	- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Promoção do modo ciclável	%; Km	Bienal
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal; 5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
		- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	ha	Anual
		- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual
		- Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais	N.º	Anual
		- Eficiência energética de edifícios	N.º	Anual
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Eficiência do sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Qualidade da água para consumo humano	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	-	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual
	- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual	
	- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab; %	Momento censitário Anual	
	- Gestão do conflito acústico	%	Bienal	
	Desporto	- Promoção do modo ciclável	%; Km	Bienal
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
	Educação	- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos

Objetivos	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável	Património e Cultura	- Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	N.º	Bienal
		- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
	Integração	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
		- População residente ativa	%	Momento censitário
		- População servida por médico de família	N.	Bienal
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

QUADRO 11 – SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO PARA O FCD4 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO.

Objetivos	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Diversificação e reforço da base económica	Competitividade	- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual
		- População residente ativa	%	Momento Censitário
		- Dinâmica empresarial	N.º	Bienal
		- Desenvolvimento turístico	N.º	Bienal
	Turismo	- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	–	Anual
		- Desenvolvimento turístico	N.º	Bienal

Fonte: CMS – RA da proposta de revisão do PDMS (abril 2013)

O controlo da evolução dos Indicadores definidos para cada Fator Crítico, subjacentes à Avaliação Ambiental do PDMS será feito de acordo com o Plano de Seguimento e Monitorização estabelecido nos quadros anteriores, que dará a perceção da aproximação ou desvio do Plano aos efeitos (oportunidades e riscos) previstos.

Essa evolução será evidenciada pelo comportamento do conjunto de indicadores específicos selecionados para cada critério de avaliação. O apuramento desses indicadores será da responsabilidade da CMS que, anualmente (periodicidade mínima, de acordo com o n.º 2 do art.º 11.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho), deverá reportar a sua evolução e adotar medidas adequadas sempre que haja afastamento das metas estabelecidas. O relatório resultante desta aferição será divulgado através de meios eletrónicos e remetido à APA nos termos previstos naquele diploma legal.

No decorrer do processo de seguimento, poderá ser necessário ajustar os indicadores à realidade concreta de implementação e vigência do Plano, em resultado de evoluções imprevistas e mudanças contextuais importantes.

Seixal, 30 de março de 2015

O Presidente da Câmara Municipal



Joaquim Cesário Cardador dos Santos